



RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO DA ADUFERPE NO 32º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES-SN

Relatório Unificado

Rio de Janeiro, 04 a 10 de março de 2013

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.

Rua Manoel de Medeiros, s/n – CEP 52171-900 Dois Irmãos – Recife/PE.
CNPJ – 08.962.029/0001-66 Fones (81) 3442-1139 3320-6077; Fone/Fax (81) 3441-4090.
End. Eletrônico: www.aduferpe.org.br E-mail: secretaria@aduferpe.org.br
aduferpe@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Está sendo instituída nesta gestão a prática de apresentação de relatórios de representantes da ADUFERPE nos diversos eventos do sindicato, como forma de dar conhecimento e satisfação das ações sindicais realizadas às(aos) professoras(es) sindicalizadas(os).

O presente relatório unificado apresenta os relatórios parciais dos temas debatidos no 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro no período de 4 a 10 de março de 2013. O Congresso, inicialmente previsto com término para 9 de março, foi prorrogado por mais um dia na plenária de encerramento do dia 9, às 22h. O tema do 32º Congresso do ANDES-SN *Sindicato Nacional na Luta pelo Projeto de Educação Pública e Condições de Trabalho* apresentou o objetivo maior deste encontro. O Congresso contou com 71 seções sindicais; 356 delegados; 111 observadores; e 3 convidados. Além disso, estavam presentes 35 diretores do ANDES- Sindicato Nacional, tendo o evento recebido a cobertura de 34 jornalistas das seções sindicais presentes.

Subdivididos em 12 grupos mistos, os participantes do Congresso discutiram 89 Textos de Resoluções (TR) – com propostas apresentadas para discussão e deliberação – a partir de 6 temáticas assim distribuídas: Tema 1: Movimento Docente e Conjuntura; Tema 2: Centralidade da Luta; Tema 3: Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores; Tema 4: Questões Organizativas e Financeiras; Tema 5: Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores; Tema 6: Planos de Luta – Setores.

Respondendo também a uma demanda da Assembleia Geral da ADUFERPE, no dia 20 de março do corrente ano, os relatórios reunidos, neste documento, encaminhados a tempo por delegadas(os) e observadoras(es) da ADUFERPE, foram reunidos em um volume que apresenta o resultado de uma discussão plural, articulando relato do evento, deliberações do Congresso, impressões, avaliação política, bem como as possíveis consequências das discussões, deliberações e recomendações do evento para um direcionamento político da ADUFERPE- Seção Sindical do ANDES-SN, no ano de 2013.

A nossa delegação foi escolhida na Assembleia Geral de 7 de fevereiro do corrente ano, na sede de Dois Irmãos, na UAST e UAG simultaneamente, sendo eleitas(os) as(os) seguintes companheiras(os): José Nunes da Silva (delegado da diretoria); Cauê Guion de Almeida (delegado de base – UAST); Jaqueline Bianque de Oliveira (delegada de base – Recife); Levy Paes Barreto (delegado de base – Recife); Hélio Cabral Lima (delegado de

base – Recife); Nilson Pereira de Carvalho (delegado de base – UAG); Déa Tenório (delegada de base – CODAI); Laurileide Barbosa da Silva (observadora – Recife); Cícero Monteiro de Souza (observador – Recife); Jadson de Almeida Silva (observador – Recife), Nilson Félix da Silva (observador – Recife); Olímpia Nazaré de Souza (observadora – Recife); Antonio Marcos de Oliveira (observador – Recife). A preparação para a participação da delegação do 32º Congresso do ANDES-SN ocorreu nos dias 19 e 25 de fevereiro de 2013.

Dois Irmãos, março de 2013.

Diretoria da ADUFERPE- Seção Sindical do ANDES-SN (gestão 2013-2015)

**Organização do Relatório Unificado
Secretaria Geral da ADUFERPE**

TEMAS 1e 2: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA CENTRALIDADE DA LUTA¹

Delegados de base: Levy Paes Barreto e Hélio Cabral Lima (Recife)

A plenária do tema 1, que debateu o movimento docente e conjuntura, foi bastante participativa e contou com onze teses, apresentadas cada uma em 10 minutos. Após as apresentações das teses, foram abertas inscrições para a plenária em blocos de cinco inscrições e posterior consulta à plenária sobre a continuidade, havendo o debate por mais de uma hora. Foram abordadas a conjuntura internacional, com destaque para a América Latina, e a conjuntura nacional. A maioria das análises da conjuntura internacional caracterizou a crise econômica mundial como uma crise estrutural do capitalismo e não uma crise conjuntural.

As crises político-econômicas e as convulsões sociais que atravessam o cenário mundial são manifestações inequívocas da atual crise, aprofundada, do sistema social capitalista. Na Grécia, a crise política se manifestou na queda de três governos, com a reivindicação por um “governo de esquerda”, em oposição a uma coalizão dos partidos capitalistas. Na Europa, a crise capitalista se apresenta com um princípio de dissolução dos regimes políticos que emergiram da segunda guerra mundial, com aparição de “governos técnicos”, por imposição da Comissão europeia e pelo FMI, e na tendência à dissolução dos regimes estatais, como no caso das comunidades autônomas do Estado espanhol, ou na reivindicação pela independência da Escócia. Os Estados Unidos, coração do capitalismo mundial, continua mantendo seu poderio político-econômico, sufocado pelo peso de uma dívida pública de 140% do PIB, por uma enorme dívida externa e pela quebra financeira dos estados da federação. Enfrenta retrocesso social e histórico, ainda que com uma recuperação econômica lenta, no último período, em função da exportação da crise. O caráter sistêmico da crise do capitalismo se manifesta também no ingresso da China no circuito da crise econômica mundial, com sinais fortes de desaceleração econômica. Isso tem repercussões em todos os países dependentes do crescimento chinês, incluindo o Brasil.

Na América Latina, foram dados destaques para o Peru, onde há forte resistência dos trabalhadores nas minas de Conga, contra as mineradoras chinesas e seus métodos escravocratas de disciplinamento do trabalho. Na Colômbia, está em curso negociação de paz entre as FARC e o Governo, para uma saída humanitária do conflito, que se traduz

¹O Tema 2 “Centralidade de Luta” teve por objetivo discutir e definir ações consideradas centrais na luta do movimento docente no ano de 2013.

como uma saída capitalista, com incorporação de milhões de hectares ao mercado internacional da soja, e penetração de capital financeiro internacional no petróleo colombiano. No Chile, estudantes questionam o sistema político, com protestos cujos eixos de mobilização dos oprimidos são contra a destruição da educação pública em função da aplicação dos planos do Banco Mundial, e no sentido de minimizar a elevada carga financeira das famílias para custear os estudos de seus filhos. Na Argentina, a crise fiscal leva a ruptura da classe trabalhadora com o governo e a um princípio de ascensão da esquerda; a burocracia sindical encontra-se desacreditada e questionada por um novo ativismo sindical que busca recuperar os sindicatos para uma política independente. Na Venezuela, a PDVSA (empresa Petróleos de Venezuela) foi nacionalizada, mas se encontra dependente de monopólios internacionais na exploração da Bacia de Orinoco.

O Brasil se coloca na linha de frente na tentativa de descarregar a crise nas costas dos trabalhadores. O Governo Dilma anuncia novo ciclo de privatizações dos Portos, Rodovias e Aeroportos, com fortes subsídios para o grande capital, com programa que aponta para a destruição da legislação trabalhista, como o Acordo Coletivo Especial (ACE). A reação dos trabalhadores e da juventude, organizados em torno da CSP-Conlutas, única central sindical do Brasil independente e autônoma de governos e de patrões, e da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes- Livre), atua no sentido de transformar o cenário político do governo de colaboração de classes e submissão dos sindicatos através das burocracias sindicais, como as existentes na CUT, CTB, Força Sindical, CGT. São muitas as lutas que escapam ao controle e ao boicote das burocracias, como, por exemplo, a luta contra a Usina de Belo Monte.

Durante a greve de 35 categorias de Servidores Públicos Federais (SPF), a presidente Dilma apelou para todos os recursos legais e ilegais: criminalização das lutas, não pagamento dos dias parados, decretos inconstitucionais contra o direito de greve. A greve dos SPF, incluídos nós Docentes das IFE (Instituição Federal de Ensino), conseguiu mobilizar fortemente os SPF e causar desgastes no governo Dilma, e como consequência barrar o projeto que previa o congelamento salarial dos SPF por dez anos. De modo geral, as categorias obtiveram 15,5% de reajuste salarial distribuídos em três anos. A greve da nossa categoria docente foi a mais forte e intensa dos últimos vinte anos, obteve uma vitória econômica parcial, não teve a pauta de condições de trabalho atendida, nem tampouco conseguimos o atendimento de uma das principais reivindicações, a Carreira única de Professor Federal. Os principais desafios do próximo período são responder às consequências da Lei 12.772/12, que aprofunda a desestruturação da carreira docente, definindo as melhores táticas para manter a luta em defesa da proposta de carreira docente

dos ANDES-SN, aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN em 2011, combinada à luta contra a precarização do trabalho docente e pelo atendimento às pautas locais, cujos levantamentos já foram realizados durante os quatro meses de greve em 2012.

Com base na análise de conjuntura, o 32º Congresso do ANDES-SN aprovou que a centralidade da luta para o ano de 2013 será: a defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SN e a unidade classista dos trabalhadores.

Recife, 14 de março de 2013.

**Levy Paes Barreto
Hélio Cabral Lima**

TEMA 3: POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Observadora: Laurileide Barbosa da Silva (Recife)²

O 32º Congresso do ANDES-SN é um evento que contempla debates intensos e extensivos acerca dos 6 temas propostos para serem deliberados como ações para o ano de 2013 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). É a instância máxima deliberativa da categoria e contou com a participação de aproximadamente 519 professores(as) de todo o Brasil, entre delegados(as) e observadores(as) suplentes. Os(as) participantes foram subdivididos em 12 grupos mistos para debater sobre os 89 Textos de Resoluções (TR) a serem deliberados nas plenárias correspondentes a cada tema: 1 – Movimento docente e conjuntura; 2 – Centralidade da luta; 3 – Políticas sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores; 4 – Questões Organizativas e Financeiras; 5 – Plano de lutas – Geral, Educação, Direitos e Organizações dos Trabalhadores; 6 – Plano de Lutas – Setores. Vale a pena ressaltar que cada TR possuía um texto de apoio que fundamentava o TR e que foi divulgado anteriormente ao evento, nos Cadernos do 32º Congresso e em seus Anexos. A programação do 32º Congresso do ANDES-SN foi aprovada na plenária de instalação, mas sofreu modificação, considerando o fato de seu encerramento ter ocorrido no dia 10 de março, após deliberação da última plenária, no dia 9 de março.

O presente relatório trata da discussão das Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores, com ênfase na Política de Comunicação. Durante a plenária de abertura do evento, no dia 4 de março de 2013, o ANDES-SN apresentou aos(às) congressistas a nova campanha de comunicação para ampliação das filiações, bem como a nova logomarca da entidade. Com o slogan “**Um a mais é muito mais. Reunindo forças, conquistamos nossos direitos**”, a campanha de sindicalização ao ANDES-SN em 2013 estabeleceu uma analogia com a organização de “formigas” na natureza. O vice-presidente da entidade, o professor Luiz Henrique Schuch, enfatizou que é necessário um amplo engajamento das seções sindicais para o sucesso da campanha.

Na quinta-feira, dia 7 de março de 2013, foi realizada a plenária do Tema 3 para deliberações acerca dos eixos das políticas sociais do ANDES-SN para 2013 e a

²Na Assembleia Geral da ADUFERPE, no dia 9 de julho de 2013, a professora Laurileide B. da Silva foi escolhida como observadora. A partir do dia 9 de março, substituiu a Delegada do CODAI, Dea Tenório, nas plenárias deliberativas que finalizaram o evento em pauta.

intervenção da entidade nos diversos temas da sociedade, dentre estes, destacamos as deliberações acerca da Política de Comunicação.

A seguir, apresentamos os TR que tratam da Política de Comunicação para o ano de 2013.

TR 14 – Política de Comunicação (Contribuição com texto de apoio: Diretoria do ANDES-SN)

Os(as) delegados/as do ANDES-SN aprovaram, durante a plenária do Tema 3, eixos de intervenção desta entidade na disputa pela democratização da comunicação, tais como: fortalecimento dos meios de comunicação sindical, bem como dos seus vínculos com a comunicação comunitária com finalidade sociocultural e sem fins lucrativos; universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos; mecanismos de transparência, controle social e responsabilização quanto à violação de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco, assegurando a diversidade étnica, racial, de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, de classe sociais, religiosa e regional. Nos últimos anos, a entidade avançou na formulação e aplicação do Plano Geral de Comunicação, voltado às questões internas do sindicato.

TR 15 – Participação do ANDES-SN no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) é um desafio na democratização da mídia no Brasil (Contribuição com texto de apoio: Assembleia Geral da SINDUEPG)

O texto aprovado pelos(as) delegados(as) aponta os pilares de atuação do Sindicato Nacional nas políticas de comunicação junto a outras entidades e movimentos sociais, tais como: atuar de forma orgânica e efetiva no FNDC, buscando orientar suas ações estratégicas e cotidianas na construção de uma legítima democratização da mídia brasileira; ressaltar a importância da democratização da mídia para fortalecer a luta popular por melhores condições de vida e trabalho, corroborando o que preconiza o artigo 222 da Constituição Federação de 1988; impedindo a formação dos monopólios da comunicação.

TR 43 - Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN (Contribuição com texto de apoio: Diretoria do ANDES-SN)

Foi aprovada a realização do III Encontro de Comunicação do ANDES-SN precedido de Encontros Regionais preparatórios, com locais e datas diferentes ainda a serem programados.

Quanto à avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE, a aprovação das diretrizes do Plano de Comunicação do ANDES-SN, a ser efetivado em 2013, aponta para a necessidade de participação da ADUFERPE-SSIND nos vários debates a serem realizados durante o ano para consolidação dessas propostas. Isso implica na definição de um Plano Local de Comunicação da ADUFERPE (incluindo as demandas da UAST, UAG, CODAI e UAEEA (Unidade Acadêmica de Ensino a Distância)), articulado com o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN.

Neste sentido, enfatizamos a importância da contratação de uma assessoria de comunicação sindical pela ADUFERPE para viabilizar a consolidação das diretrizes aprovadas para o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN, bem como a organização local do Grupo de Trabalho Comunicação e Arte e a atuação massiva e ativa do Conselho de Representantes da ADUFERPE-SSIND na articulação entre as Unidades Acadêmicas para a definição do Plano Local de Comunicação desta entidade.

Recife, 18 de março de 2013.

Laurileide Barbosa da Silva

Tema 3: Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Delegado de base: Nilson Pereira de Carvalho (UAG)

O 32º Congresso do ANDES-SN marca historicamente uma nova fase de consolidação do movimento docente sindical, o qual esteve na linha de frente de uma greve histórica em 2012, da qual participaram várias categorias do serviço público no Brasil. Tal situação, vivenciada extenuantemente nas bases, configurou o 32º Congresso do Andes-SN, pela representação de delegados de primeira experiência, bem como de novas filiações de Associações oriundas de uma experiência frustrada junto à PROIFES. Dominou o centro do debate a reflexão sobre o enraizamento de relações do ANDES-SN com a CSP-CONLUTAS, avaliada como necessária, a fim de assegurar as condições de lutas da categoria, bem como o posicionamento ideológico coerente, compreendendo o sindicato como uma entidade popular e classista.

Para tanto, avalia-se satisfatoriamente os resultados do Congresso, sob o ponto de vista operacional, no tocante à acomodação de participantes, seriedade e responsabilidade na condução do debate (sempre assegurando a diversidade e o contraditório). A exaustão do debate pode ser enfatizada na necessidade de prorrogação da última plenária, garantindo a fala democraticamente. Além disso, a experiência de participação nos Grupos Mistos possibilitou o aprofundamento das questões antes de se consolidarem nas plenárias temáticas.

Caracterizando o movimento que não prescinde na práxis, dois atos públicos significantes foram engrossados pelos participantes do Congresso. Uma Marcha pela educação, no centro do Rio de Janeiro, juntamente com os professores da rede estadual de educação e o protesto contra a ameaça de adesão das universidades à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Importante destacar o primeiro tema deliberado no congresso, o qual sintetiza em um lema, a Centralidade da Luta. Importante esse direcionador para o movimento, pois agrega as necessidades tanto mais específicas, quanto a causa maior: “Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores”.

O ANDES-SN avança em seu combate à exploração pelo capital e seus agentes, aprovando “Políticas de gênero, etnia e classe”, deliberando: Texto de Resolução (TR) 6 – “Repudiar formas de discriminação como a homofobia, racismo, xenofobia, machismo,

lesbofobia e transfobia”. Abre-se, portanto, um campo vasto de discussão bastante carente no movimento, visivelmente explicitado mediante a temperatura do debate. A partir disso, várias deliberações do tema “Plano de Lutas – setores” foram conquistadas, a fim de se consolidar em ações o que se postula politicamente. Em tempo, essa deliberação, na prática, já conta com a pronta ação no próprio Congresso, em cuja plenária final aprova moção de repúdio à nomeação do Deputado Marcos Feliciano (notório difusor de declarações de teor racista e homofóbico) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Outra política discutida e deliberada no Congresso trata do posicionamento de rejeição em relação à criação do INSAES – (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior) –**TR-10** –, o qual pretende regular, de forma impositiva e unilateral, os destinos do Ensino Superior, por meio de sistema avaliativos quantitativos, uma clara atitude que atende a interesses “privatistas” e mercadológicos. O texto deliberado também prevê “Atuar no Congresso nacional, por meio de visitas e audiências, no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre a Avaliação Institucional, para que os parlamentares posicionem-se contrários ao INSAES”.

Também houve avanços em relação ao posicionamento das “Políticas de Ciência e tecnologia, agrária, ambiental e urbana”, sendo deliberado “lutar contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (PL.2.177/2012)” – **TR-7**. Fator fundamental que revela a capitalização no ensino público, o retrocesso pretendido no PL visa a condicionar a pesquisa nas IES a interesses privados, transformando os trabalhadores docentes e técnicos em mão-de-obra barata e descartável, além de submeter às condições de trabalho e produção a avaliações e aprovações burocráticas e que não se reverta para o bem público.

Expondo, de uma forma geral, os delegados do Congresso do ANDES-SN também debateram sobre a intervenção do Sindicato na luta por democratização da comunicação. Essa preocupação deriva de crescentes e flagrantes ações que monopolizam a comunicação no país, com vistas à neutralização e marginalização da luta dos trabalhadores, como se percebeu na última greve. As **TR’s 14 e 15** trataram dessa questão, tendo deliberação pelos delegados, mencionando a aplicação do Artigo 222 da Constituição Federal Brasileira, no combate a esse monopólio.

A repercussão dessas deliberações passa profundamente pela organicidade da base docente, incluindo da UFRPE. Considerando, especificamente, as Unidades do interior, percebe-se que o teor das políticas traçadas oportuniza avançar nas discussões que pretendem uma formação política mais amíuáde. Tal ambiente é propenso ao assédio moral,

pelo distanciamento da metrópole, impondo o modelo capital, muitas vezes, sem a ação legal do Estado, que pudesse garantir os direitos mais fundamentais.

No caso da **TR6**, a formação sociopolítica pode aprofundar as discussões a respeito da questão dos Direitos Humanos no âmbito de toda a Comunidade Acadêmica, visando a combater os desrespeitos e conscientizando minorias exploradas e privadas de seus valores básicos.

Quanto ao **TR10**, o impacto da determinação de luta contra a instalação do INSAES na base docente deve fortalecer o movimento dos servidores das IES, pela definição Sindical. Nas Unidades, esse fator torna-se preponderante, pelo fato dos companheiros se respaldarem na associação maior por melhores condições de trabalho sem a pressão produtivista imposta pelo Governo.

O destaque da **TR7**, que trata da ampliação da ação do ANDES-SN sobre a conservação da biodiversidade e da ampliação e descentralização da distribuição dos recursos de pesquisa e extensão, no entanto, parece ser muito importante na UFRPE, pelo fato de nossa instituição ser uma Universidade Rural. Assim, a PL. 2.177 já vem trazendo seus impactos no *modus operandi* de nossos companheiros mais próximos, muitas vezes cedendo às postulações do capital privado, na ânsia de estabelecerem-se profissionalmente, balizados em seu *curriculum Lattes*. Portanto, definir tal política torna-se substancial para a compreensão pertinente da imposição dos mecanismos governistas sobre a produção docente.

Em relação às Políticas de Comunicação, trata-se de contribuir para a conscientização de todo o movimento docente da IES, posicionando em escala maior sobre o monopólio da grande mídia e sua subserviência a um governo que explora sua popularidade em detrimento da luta dos trabalhadores. Se considerarmos a histórica greve em 2012, a manipulação da informação na comunicação brasileira muito prejudicou os avanços dos trabalhadores.

Finalmente, é necessário considerar a eficiência em relação à formação político-sindical dos docentes das Unidades Acadêmicas da UFRPE no interior (UAST e UAG), tendo sido representados no 32º Congresso Nacional do ANDES-SN. Trata-se de semear as bandeiras de luta no espaço fragilizado e de pouca incidência de conscientização. Por isso, deve-se parabenizar a ADUFERPE pela corajosa atitude.

Garanhuns, 18 de março de 2013.

Nilson Pereira de Carvalho

3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores

Delegado de base: Cauê Guion de Almeida (UAST)

O Congresso do ANDES-SN, evento anual, é a máxima instância deliberativa do sindicato, seguido pelo CONAD (Conselho do ANDES-SN), Diretoria do ANDES-SN e Seções Sindicais ou ADs-Seções Sindicais.

O Congresso desse ano, no Rio de Janeiro, foi o maior da história e contou com mais de 300 delegados das diferentes seções sindicais e diversos observadores, com um grande número dos chamados “novos professores” ou “professores novos”, os “jovens”.

O Congresso é dividido em temas e a Diretoria, Seções Sindicais, professores ou grupo de professores apresentam textos de apoio (orientação) seguidos ou não de textos resolução (TR), que são discutidos e votados. Esses textos são divulgados no Caderno de Textos e posteriormente no Anexo aos Cadernos de Texto. Ainda podem ser incluídas novas TRs na plenária de abertura do Congresso, dependendo da aprovação pelos delegados.

Os temas foram: 1 – Movimento Docente e Conjuntura; 2 – Centralidade da Luta; 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores; 4 – Questões Organizativas e Financeiras; 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores; 6 – Plano de Lutas – Setores.

9- Discussão e deliberações:

Com relação ao tema “Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores”, o TR6 discutiu questões de gênero, etnia e classe, gerando bastante debate e deliberando sobre a luta contra homofobia (apesar de diversos colegas defenderem um texto englobando todas as minorias), além de repudiar a suspensão do kit anti-homofobia pelo Governo Dilma e solicitar sua imediata distribuição. Também foi feita uma moção contra o deputado federal Marcos Feliciano, pastor homofóbico e racista que assumiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

O TR7 vem precedido de um extenso texto de apoio sobre política de ciência e tecnologia, agrária, ambiental e humana, resgatando todas as deliberações anteriores sobre o assunto. No entanto, o TR é extremamente vago, defendendo a ampliação da

ação do ANDES-SN sobre a conservação da biodiversidade e a ampliação e descentralização da distribuição dos recursos de pesquisa e extensão. O TR final aprovado, além de vago, apresenta erros conceituais e foi discutido com pouca intensidade tanto nos grupos como na plenária, mostrando que, principalmente a área ambiental, ainda não é de interesse do sindicato.

O TR10, aprovado, defendia um posicionamento contrário à criação do INSAES pelo seu caráter de agência reguladora da educação, e convocava uma mobilização nacional contra a criação da mesma.

Os assuntos relacionados aos aposentados também parecem não ser de grande interesse desse sindicato. O texto 13 resgata o que já deliberado nos Congressos anteriores sobre o tema, mas sequer apresenta um TR.

Ainda sobre o tema, o TR60 discutiu a inclusão dos aposentados no ambiente acadêmico, indicando que os GT de Seguridade Social, de Política e Formação Sindical e de Políticas Educacionais do ANDES-SN discutam e que remetam para o conjunto do Sindicato o debate sobre a atuação de docentes aposentados(as) nas IES. O TR gerou bastante discussão e conflitos de opiniões na plenária, mas foi aprovado por ampla maioria.

O TR14, sobre política de comunicação, não gerou polêmicas. Mas foi um TR com bastante teor, mostrando a importância da área, considerada estratégica, para o ANDES-SN.

O TR17 defendeu o fim da impunidade aos torturadores, clamando uma articulação nacional para acabar com a impunidade e revisar a Lei da Anistia.

O TR61, que defendia uma política de proteção e bem-estar animal, nas instituições de ensino superior, também foi bastante polêmico, inclusive com falas bastante pejorativas e depreciativas sobre aqueles que apresentaram o TR e que defendem esse tipo de política. Um colega tentou ridicularizar o TR, mostrando toda sua ignorância sobre o assunto. O TR foi aprovado no sentido de defender essas políticas, mas foi rejeitada a defesa da presença de representantes dos protetores dos animais nos órgãos deliberativos das instituições.

O TR63, sobre a construção da unidade da classe na CUT, pedia a reabertura da discussão sobre a filiação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS. Os colegas que apresentaram o TR já haviam apresentado a tese na plenária sobre o tema “Movimento Docente e Conjuntura” e, nos grupos mistos, não houve tempo de debater na maioria deles, sendo encaminhada a discussão à plenária. Houve as polêmicas de sempre sobre o

assunto, mas o TR foi rejeitado por maioria esmagadora, a ponto de se contar nos dedos os delegados favoráveis ao TR.

10- Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Particularmente no que diz respeito à aprovação do TR6, focando a luta contra a homofobia, derrubando todas as propostas que buscavam generalizar a luta entre todas as minorias, o ANDES-SN mostra que esse assunto é um problema sério não apenas na sociedade, mas dentro das Universidades, entre alunos e entre professores, necessitando ser uma bandeira desse sindicato.

Um ponto triste é o descaso com as discussões ligadas ao meio ambiente e definição de estratégias e políticas ambientais.

O posicionamento contrário ao INSAES talvez tenha sido outra das deliberações mais importantes do tema 3, pois reflete também em nosso dia a dia e na nossa luta contra a implementação da lógica mercadológica, produtivista e gerencial nas universidades públicas brasileiras, que utiliza avaliações meramente quantitativas para minar a educação pública e abrir caminho para privatização.

Por fim, a rejeição em massa à reabertura de discussão sobre a filiação do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS, mostra um grande amadurecimento desse sindicato, que compreende quase em sua totalidade que a CUT deixou há tempos de representar o direito dos trabalhadores, especificamente os trabalhadores da educação, os docentes de ensino superior.

Serra Talhada, 19 de março de 2013.

Cauê Guion de Almeida

TEMAS 3 E 4: POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Observador: Antonio Marcos Alves de Oliveira (UAG)³

O 32º Congresso do ANDES-SN foi um congresso que contemplou debates dos 6 temas propostos para serem deliberados como ações para o ano de 2013 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). O Congresso do ANDES-SN é a instância máxima deliberativa da categoria e contou com a participação de 356 delegados, 111 observadores de 71 seções sindicais e 3 convidados. Os(as) participantes foram subdivididos em 12 grupos mistos para debater sobre os 89 Textos de Resoluções (TR) a serem deliberados nas plenárias correspondentes a cada tema: 1– Movimento Docente e Conjuntura; 2 – Centralidade da Luta; 3 – Políticas Sociais – Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores; 4 – Questões Organizativas e Financeiras; 5 – Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organizações dos Trabalhadores; 6 – Plano de Lutas – Setores. Cada TR (Texto de Resolução) possuía um texto de apoio que o fundamentava e que foi divulgado anteriormente ao evento. Sentimos falta de mais discussões sobre os TR's na ADUFERPE, já que a antiga Diretoria não propôs estratégias para tal debate, ficando a atual Diretoria com pouco tempo hábil para articulação, já que tomou posse em 20 de fevereiro de 2013 e tal Congresso iniciou-se em 4 de março de 2013.

Relativo ao tema 3, fizemos um resumo das deliberações em plenária. A política de Gênero, Etnia e Classe está balizada pelo enfrentamento à discriminação e opressão frente ao machismo e preconceito quanto aos diferentes e às diferentes orientações sexuais, como parte da luta do ANDES-SN contra a sociabilidade imposta pelo capital.

O Congresso decidiu manifestar sua oposição ao projeto governista do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que aprofunda a transferência de recursos públicos para o setor privado, bem como reafirmou seu compromisso com a valorização da sociobiodiversidade e das populações tradicionais dos biomas ameaçados.

Com relação à política educacional, o Congresso manteve a posição do ANDES-SN contrária às políticas governamentais expressas em programas que precarizam as

³ O Professor Marcos Oliveira substituiu o Delegado das UAST, Cauê Guión, a partir do dia 9 de março, nas plenárias deliberativas que finalizaram o evento em pauta.

condições de trabalho dos(as) professores(as), aligeiram a formação docente, tornando-os(as) meros(as) produtores(as) do conhecimento, mantendo também a posição contrária à criação de mecanismos de avaliação que escapem ao controle social e que ferem a autonomia das instituições de ensino e pesquisa. Para atuação na luta em defesa da educação pública, foi aprovado investir na rearticulação do comitê executivo da campanha dos **10% do PIB para a educação já!**, bem como na articulação com o setor da educação federal.

Sobre a política de comunicação, o Congresso definiu uma plataforma para intervir na disputa pela democratização da comunicação no Brasil.

Referente ao Tema 4, fizemos um apanhado das deliberações em plenária. Foi aprovado o TR 18, que versa sobre as alterações no estatuto do ANDES-SN. Também foi aprovado o TR 19, que trata da criação do Fundo Único: Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN.

Sobre o TR 22, foi aprovada a organização dos Grupos de Trabalho (GT), sendo a ADUFERPE uma das poucas seções sindicais que apresentou nomes de companheiros(as) para todos os GT's. Tal informação será compartilhada, com precisão, na 1ª Reunião do Conselho de Representantes dessa Associação (gestão 2013-2015), em 4 de abril.

O TR 26 tratou sobre a prestação de contas do 57º CONAD (Conselho Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)), que foi aprovado, bem como o TR 27 elegendo São Luís (MA), como local que sediará o 33º Congresso do ANDES-SN em 2014, a ser organizado pela APRUMA.

Os TR's 29 e 65 foram rejeitados. Versavam, respectivamente, sobre a autorização para aquisição de terreno em Brasília (DF), para construção da sede nacional do ANDES-SN e a necessidade de modificação do estatuto quanto aos critérios para inscrição de chapas para concorrer à diretoria do ANDES-SN.

Quanto à avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE, consideramos que os Grupos de Trabalhos do ANDES-SN, com representação da ADUFERPE, devem trabalhar com reuniões periódicas locais para estimular os debates e proposições a serem discutidas em âmbito nacional.

Os Grupos de Trabalhos do ANDES-SN, com representação da ADUFERPE, devem trabalhar com reuniões periódicas locais para estimular os debates e proposições a serem discutidas em âmbito nacional.

Relativo à criação do Fundo Único, deve-se destacar que o repasse financeiro da ADUFERPE para o ANDES-SN será maior, mas sem reflexo na mensalidade do(a) filiado(a).

Garanhuns, 18 de março de 2013.

Antonio Marcos Alves de Oliveira

TEMA 4: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Delegado da Diretoria: José Nunes da Silva (Recife)

O evento é o principal fórum de discussão e deliberação do ANDES-SN, no qual se define a centralidade da luta para o ano de trabalho. A programação do congresso está organizada garantindo a realização de plenárias temáticas e grupos de discussão mistos (compostos por delegadas(os) e observadoras(es)). As temáticas centrais do evento foram: 1) Movimento Docente e Conjuntura; 2) Centralidade da Luta; 3) Políticas Sociais: política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores; 4) Questões Organizativas e Financeiras; 5) Plano de Lutas: geral, educação, direitos e organização dos trabalhadores e; 6) Plano de Lutas: setores (IMES, IEES, IFES). O presente relatório trata do tema “QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS”.

Uma das principais discussões referentes a este tema diz respeito às alterações do estatuto do ANDES-SN. Neste 32º Congresso, as alterações aprovadas modificam essencialmente **três** pontos. O **primeiro** deles altera a composição das chapas concorrentes às diretorias regionais do ANDES-SN ao incorporar no artigo 32º do estatuto um novo parágrafo com a seguinte redação: *(quanto à composição de diretorias regionais) § 2º - Os cargos (diretores regionais) previstos nos incisos IV e V deste artigo serão ocupados **exclusivamente** por sindicalizados da área geográfica de abrangência da respectiva secretaria regional.* Esse instrumento estatutário evita que sindicalizados atuem em áreas distintas a de sua regional, onde estão filiados. Por exemplo, não é permitido um sindicalizado na ADUFMAT atuar na Regional Nordeste II, que compreende os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O **segundo** está relacionado à transformação de Associações Docentes (ADs) em Seções sindicais (SSIND). Deliberou-se que, no 33º congresso do ANDES, seriam reconhecidas e dadas prerrogativas às ADs, transformando-as em SSIND, resguardando-se o direito daquelas que decidam pelo contrário a isso. Para que essa transformação aconteça, cada AD deve encaminhar documentação necessária para homologação no 58º Conselho do ANDES Sindicato Nacional (CONAD) ou no 33º Congresso do ANDES-SN. Deliberou-se ainda que as ADs/SSIND têm até o 33º Congresso do ANDES-SN para regularizarem sua política de contribuição, para aquelas que ainda estiverem arrecadando percentual inferior ao estabelecido no estatuto do

ANDES-SN (20% do total arrecadado). O terceiro ponto trata da alteração no quórum para deliberações, reformulando especificamente o artigo 21 do estatuto que passou a ter a seguinte redação:

“As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária. § 1º As deliberações referentes a alterações do Estatuto (inciso V do artigo 15) devem ser aprovadas por mais de 50% dos delegados inscritos no congresso. §2º As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos 2/3 dos delegados inscritos no congresso: I – Apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do artigo 15); II- Destituição de membros da diretoria de acordo com o disposto no artigo 42; III- Dissolução do ANDES-SN de acordo com o disposto no artigo 66; IV – Revogação da homologação de S.SIND ou AD-S.SIND. §3º É vedado o voto por procuração nas deliberações do CONGRESSO”.

No tocante à organização financeira do ANDES-SN, um ponto alto dos debates foi aprovação de um Fundo Único, substituindo os fundos de solidariedade e mobilização já existentes. Tal fundo único deverá suprir as necessidades de mobilização, solidariedade e greve, e é resultado do repasse de 2% mensais das receitas líquidas de cada AD ou S.SIND e 2% da arrecadação da tesouraria nacional do sindicato. Duas autorizações do congresso à Diretoria do ANDES-SN são importantes de serem frisadas: 1) Item 6 - Fica autorizada a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas destinadas a cobrir necessidades previstas no item 5.2.5.2 (campanhas, marchas, manifestações, mobilizações e eventos), no período de março de 2013 a janeiro de 2014, até o limite de R\$ 500.000; 2) Item 7 – Está autorizada a aplicação de recursos do Fundo de Mobilização durante o período e o valor estabelecidos no item 6, na jornada de lutas do mês de abril de 2013 e na marcha do dia 24 de abril, convocadas e organizadas pelo espaço de unidade de ação, devendo o 58º CONAD apreciar e deliberar sobre o custeio de outras mobilizações para o segundo semestre. Tal ressalva é pertinente na medida em que o Fundo único só será organizado a partir de março de 2013, contribuições estas que só entram no mês de abril, quando grande parte das atividades previstas para o período já devem ter avançado consideravelmente em seus processos de organização e mobilização. Demais regulamentações sobre o uso do Fundo único serão divulgadas pelo ANDES-SN com base no conjunto de resoluções aprovadas no 32º Congresso, de cujo detalhamento foge o escopo deste relatório.

Ainda na temática da organização do ANDES-SN, tratou-se dos Grupos de Trabalho – GTs. Esses grupos servem como espaço de reflexão e elaboração temática

para subsidiar o sindicato, seja em nível nacional ou em cada AD/S.SIND. Duas modificações foram aprovadas nas denominações de tais grupos. O GT de Política Agrária e Meio Ambiente (GTPAMA) passou a designar-se de GT Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA). O GT Etnia, Gênero e Classe (GTEGC) passou a designar-se GT Étnico-racial, de Gênero, Classe e Diversidade Sexual (GTEGCDS). Deliberou-se ainda que a Diretoria do ANDES-SN deverá apresentar no 58º CONAD (Santa Maria/RS, 2013) uma proposta de reestruturação dos GTs e de seu funcionamento.

No que se refere aos apoios financeiros mantidos pelo ANDES-SN, foram deliberados a continuidade de dois apoios: o primeiro, à Auditoria Cidadã da Dívida; o segundo, à Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF. Para a Auditoria Cidadã, foi aprovado o repasse de R\$ 2.000,00 mensais, com a recomendação de que os dados da mesma sejam constantemente publicados no sítio do ANDES-SN e das ADs/S.SINDs. No caso da ENFF, foi autorizada a manutenção da contribuição por 12 meses, com a quantia de R\$ 2.000,00 mensais, a ser reavaliada no 58º CONAD, objetivando sua elevação.

O 32º Congresso demonstrou o crescimento do ANDES-SN, não só pelo número de delegadas(os) e ADs/S.SINDs, mas também pela homologação de um número significativo de S.SINDs. Dentre as constituídas destacamos: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – SINDUERR; Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *campus* de São João da Boa Vista e Região – IFSP-SBV; Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá – SINDUEAP; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul – SINDUFFS; Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Paraná – SINDUNESPAR. Aprovaram-se ainda algumas ratificações de transformação de AD em S.SIND, para as seguintes seções: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense- ADUFF (S.SIND desde 1991); Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB (S.SIND desde 1991). Ratificou-se ainda a criação da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará/Campus Marabá – SINDUFPA-MAR-SSIND; Seção Sindical dos Docentes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *campus* de Laranjal do Jari – SINDIFAP-S.SIND. Das alterações regimentais submetidas ao 32º do ANDES-SN, foram aprovadas: Alteração Regimental da Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora – APESJF; Seção

Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, *campus* de Diamantina – ADUFVJM – Campus Diamantina; Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semiárido – ADUFERSA; Associação dos Professores Universitários de Gurupi –Tocantins – APUG e Seção Sindical do ANDES-SN, na Universidade Federal de Santa Catarina.

A prestação de contas do 57º CONAD foi aprovada por ampla maioria dos delegados e reforçou-se a divulgação do 58º CONAD a ser realizado em julho de 2013, na cidade de Santa Maria/RS, sob a coordenação da ADUFMS. Ainda tratando da organização do ANDES-SN, foi aprovada a realização do 33º Congresso do ANDES-SN, na cidade de São Luís/MA, tendo como comissão organizadora local a Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão – APRUMA.

Uma proposta de resolução tratava especificamente do desconto consignado no SIAPE da contribuição sindical. Nesse sentido, aprovou-se a recomendação ao ANDES-SN para a sistematização de todos os conhecimentos e procedimentos necessários para que as seções sindicais das IFES efetuem corretamente suas rotinas operacionais de acesso ao SIAPE.

Outro ponto alto das discussões do 32º Congresso foi o debate sobre a relação do ANDES-SN com as Organizações dos Docentes que atuam no setor das Instituições Particulares de Ensino Superior – IPES. Sobre esse assunto, foi enfatizado o caso da ADESSC, Santa Catarina. Nesse contexto, foi aprovada uma resolução com o seguinte teor:

“O 32º Congresso, buscando garantir o princípio da liberdade de organização sindical, delibera que as instâncias responsáveis no âmbito do ANDES-SN darão encaminhamento aos pedidos de filiação de associações docentes com estatuto próprio, resguardando os interesses do conjunto de que se compõem o ANDES-SN. Dentre estes pedidos, serão encaminhados os procedimentos necessários à homologação do pedido de filiação da ADESSC, condicionado à avaliação consubstanciada das condições que permitam resguardar jurídico e politicamente o ANDES-SN”.

Havia em pauta ainda um Texto de Resolução (TR) que tratava do financiamento da participação de delegadas(os) e observadoras(es) nos congressos do ANDES-SN. Sobre este tema, aprovou-se que a diretoria do ANDES-SN promova, sob a coordenação do GT Política de Formação Sindical, um amplo debate, com a participação das seções sindicais sobre as demandas e os desafios organizativos do sindicato, atendendo aos três setores (IMES/IEES, IFES, IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN a ser realizado até 32 de agosto de 2013.

Por fim, como parte das lutas gerais, criou-se no 32º Congresso do ANDES-SN a Comissão da Verdade deste sindicato, com o objetivo de investigar fatos ocorridos durante a ditadura militar contra docentes universitárias(os). Seu funcionamento e composição serão decididos no 58º CONAD. Como atividade de tal comissão, houve a proposição de um levantamento das pessoas mortas e desaparecidas (professoras(es), técnicas(os) e estudantes) nas universidades e acompanhamento desses casos junto ao Movimento “Tortura nunca Mais”.

Preliminarmente, avaliamos que duas decisões no campo organizativo e financeiro deliberadas no 32º Congresso do ANDES-SN tem consequências diretas para o trabalho da ADUFERPE-S.SIND: 1) a criação do Fundo único do ANDES-SN que impactará financeiramente nossa S.SIND e 2) a redefinição da designação dos GTs, considerando que os mesmos se constituem em espaços privilegiados na concepção da atual gestão. Organizá-los localmente garantindo uma reflexão e produção que possa subsidiar a ADUFERPE em cada um dos temas, bem como trabalhar no sentido de intervir no âmbito nacional, contribuindo com o debate sobre as temáticas sobre as quais temos mais acúmulo, é um desafio que está posto para Diretoria da ADUFERPE, bem como para todas(os) as(os) filiadas(os).

Recife, 15 de março de 2013.

José Nunes da Silva.

RELATÓRIO DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SN

Observador: Cícero Monteiro de Souza (Recife)⁴

A condição política subserviente do Brasil à dinâmica do mercado internacional traz um conjunto de implicações para a classe trabalhadora, que pode ser resumido num aprofundamento da perda de direitos e um processo crescente de pauperização. As medidas adotadas pelo governo federal, que em sua totalidade são assumidas e muitas vezes antecipadas pelos governos estaduais, bem como pelo patronato do setor privado, são caracterizadas por desoneração dos custos do capital com o trabalho, o que se traduz em perda salarial, demissões, isenções fiscais, retirada de direitos trabalhistas, que repercutem na condição de vida da população. Uma das medidas preponderantes é a transferência de recursos públicos para o setor privado com repercussão direta para o fundo público que deveria servir de base para a efetivação dos serviços públicos. O que está na centralidade das ações governamentais é a redução do caráter público do estado, a privatização das políticas e a descaracterização dos direitos sociais, que estão na base da atual degradação da saúde, educação e demais esferas sociais. A EBSEH, que privatiza os Hospitais Universitários e põe em cheque seu caráter de hospital escola, é o exemplo mais cruel da investida do capital sobre as políticas sociais, em especial, na área da saúde e educação. A regulamentação do FUNPRESP coroa o processo de privatização da previdência pública e submete o direito de aposentadoria do trabalhador ao mercado de capitais. As lutas de resistência a estes ataques foram inúmeras, com fortes ações unitárias de mobilização, tendo como importante aliado a Frente Nacional Contra a Privatização da saúde.

Associado a tudo isso existe uma brutal investida contra os direitos de liberdade e organização sindical. Expressos de modo mais acabado no projeto de Reforma Sindical e do Acordo Coletivo Especial (ACE), elaborado em conjunto com as burocracias sindicais, com o objetivo de exercer maior controle sobre a ação da classe e subordinar suas demandas aos interesses do capital, além de alimentar os burocratas de plantão. A estas investidas os governos tanto em âmbito federal como nos estados optam por ações antissindicais, que estão a serviço de, ao mesmo tempo, dar sequência ao seu projeto e dar vida a entidades que pretendem representar os trabalhadores, mesmo sendo estas

⁴O professor Cícero Monteiro participou como relator da mesa coordenadora do Tema 3, na qualidade de relator.

renegadas pelas categorias. Na área da educação, é rápido o avanço do projeto de subordinação do ensino básico à gestão empresarial. No ensino superior, a lógica da expansão precarizada no setor público continua, tanto no âmbito federal como no estadual. No setor privado, permanece a benevolente doação de recursos públicos, via subsídios, ao empresariado da educação. Na Ciência e Tecnologia (C&T), os poucos recursos do Estado são destinados para a inovação nas áreas selecionadas pela divisão internacional da produção/assimilação do conhecimento, sem autonomia para as instituições de ensino/pesquisa definirem suas próprias linhas de pesquisa, e atrelando pesquisadores a uma hierarquia dominada por um pequeno mandarinate de supostos (e autoproclamados) “excelentes”. Essas políticas alteram o fazer profissional docente e as relações de trabalho, para viabilizar um projeto educacional que necessita de outro tipo de trabalho docente e de outro tipo de professor, carente de independência de critério e de iniciativa própria. Além de um brutal aviltamento das condições de trabalho, ainda mais exacerbado no setor privado, o que é gritante na base da categoria.

O controle social é buscado com medidas cada vez mais autoritárias e antidemocráticas, que viabilizam a institucionalização do sindicalismo passivo. O projeto de reforma sindical, o ACE (um projeto originado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) e a lei antigreve do serviço público, são as expressões mais refinadas deste processo, que o governo leva a cabo com a “solidariedade ativa” dos colaboracionistas (pelegos) no interior dos movimentos sociais, em especial no movimento sindical. O ano de 2012, ainda assim, foi marcado pela atuação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e estudantil no enfrentamento a um governo federal que se encontrava com uma blindagem que parecia ser quase intransponível. Estes enfrentamentos também ocorreram em quase a totalidade dos estados brasileiros.

Em diversas universidades estaduais os docentes fizeram movimentos paredistas que resultaram em conquistas importantes para a categoria, como: Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pará. Em outros Estados, mesmo não entrando em greve, as seções sindicais fizeram diversas mobilizações, como foi o caso do Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Roraima, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nas lutas ocorridas, em especial nas greves, destacam-se a truculência e autoritarismo exercido pelos governadores, como no Piauí, Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro. Foram corte de ponto dos grevistas, encerramento unilateral de negociações, perseguições a dirigentes, interdito proibitório. Estas ações estas se coadunam com a postura antissindical e antidemocrática do governo

federal e caminha para as alterações propostas nas reformas em curso, no que concerne à luta sindical e popular no país, nas quais voltamos à pré-história da organização com a tutela e controle estatal, mas com requinte de modernidade conferido por legislação própria. Mas a força do movimento fez governadores recuarem e alcançou conquistas importantes para a categoria assegurando revisão salarial, recuo nas medidas repressivas e aceite de direitos como de retorno à ação sindical, bem como cronograma de negociações que desdobram os enfrentamentos.

Nestas lutas se evidenciam as investidas dos governos para sucatear as IEES e aprofundar a precarização das condições e, por outro, a força do movimento docente em defesa de um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Reafirmamos, mais uma vez, o legítimo instrumento de luta dos trabalhadores, que é a greve, e afirmamos que a unidade na luta, mesmo em tempo e espaços distintos, nos levará a conquistas. Os recorrentes ataques aos direitos dos trabalhadores fizeram com que houvesse grandes movimentos em 2012, com manifestações nos estados, marchas a Brasília, e greves por todo o Brasil. O governo Dilma foi obrigado a sair de sua zona de conforto e, apesar de não mudar sua postura intransigente e autoritária, teve que atuar alterando posições iniciais, para tentar fazer com que os movimentos recuassem. As greves da educação federal e do serviço público impuseram desgastes políticos ao governo, que utilizou medidas repressivas, combinando endurecimento (judicialização das lutas, corte de ponto, encerramento das negociações com os docentes) com apresentações de propostas e sinais de atendimento parcial de reivindicações de alguns segmentos do serviço público (setores da base da CONDSEF e técnico-administrativos das IFE). As ofensivas do governo foram respondidas firmemente pelo movimento, com atos em Brasília e mobilizações nos estados.

Assim, o governo teve que abrir mão de sua postura de não negociar com servidores em greve, e de seu objetivo de manter os servidores públicos com reajuste zero, e apresentou propostas, mesmo que insuficientes, para tentar conter as mobilizações. As propostas traziam acordos com vigência até 2015, na tentativa de fazer com que os movimentos não lutassem neste período, para que seu projeto de poder pudesse continuar sendo implementado. Entretanto, muitas das propostas não foram aceitas por algumas categorias e as que assinaram já anunciaram sua disposição para a luta neste período, o que está confirmado no âmbito dos SPF (Servidor Público Federal) com o início da campanha salarial unificada de 2013. Isto desnuda as contradições do

processo de luta desencadeado até aqui e colocará na pauta do governo as exigências de respostas às ações de luta que os trabalhadores do serviço público levarão a cabo neste ano de 2013. As mobilizações ocorridas no último ano obtiveram apoio da sociedade e foram cruciais para desnudar o discurso do governo sobre a prioridade para a educação. Os ataques aos direitos dos docentes, com a precarização do trabalho, o produtivismo e o assédio moral, foram denunciados à sociedade e aos estudantes. Junto a estudantes e técnico-administrativos, o movimento docente tornou evidente para a sociedade a disputa por projetos divergentes de educação, ao mesmo tempo em que obrigou o governo a responder às mobilizações. O governo manteve seu objetivo central de fortalecer o projeto de contrarreforma do Estado e de privatizar a educação, inclusive através da subordinação das instituições públicas às necessidades do grande capital (fundações, políticas de avaliação elitistas e antidemocráticas, etc.).

A política do “fazer mais com menos”, que se materializa em “mais quantidade e menos qualidade”, foi constatada em nível internacional. Uma pesquisa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na França, publicada em 11 de setembro de 2012, mostrou que, ao mesmo tempo em que foram ampliadas as vagas no ensino superior, o governo reduziu os gastos: de 2000 a 2009 o investimento brasileiro em universidades caiu 2% e não acompanhou o crescimento de 67% do número de alunos. O estudo mostra que foi investido 0,8% do PIB no ensino superior e coloca o Brasil como o quarto pior da lista. O resultado demonstra que o investimento é ainda mais precário em pesquisa e desenvolvimento (C&T), área em que o Brasil é o pior em uma listagem de 36 países, com 0,4% do PIB investido.

A greve do movimento docente, no âmbito federal, marcou o retorno da utilização desse instrumento de luta após quase sete anos no setor das federais. O movimento docente fortaleceu-se, como também os outros movimentos do serviço público; o movimento estudantil se reergue num patamar superior organizativo e político e a interlocução na sociedade possibilitou tornar evidente a dissonância entre o discurso e a prática do governo para com a educação pública e os profissionais da educação. A intensificação das lutas nos estados, sob a direção do Andes-SN, demonstra que a categoria compreende a extensão do projeto de reforma do Estado, e a disposição de desenvolver lutas que enfrentam os desmandos, a truculência e autoritarismo dos governadores é a marca da nossa reação em âmbito estadual em defesa do nosso projeto de educação e dos interesses dos docentes da IEES. Hoje, nem as categorias dos

trabalhadores, nem os estudantes e nem mesmo a sociedade estão no mesmo patamar de desinformação do passado recente, e contam com outra disposição para a ação.

O momento que se abre é importante para iniciativas de ação para unificar a luta dos trabalhadores frente aos ataques aos seus direitos, a precarização de suas condições de trabalho e a implementação da contrarreforma do Estado com as privatizações em curso. É necessário fortalecer os fóruns que reúnam lutadores classistas investindo na unidade de ação. O debate e a construção da unificação classista da luta dos trabalhadores e da juventude estão na ordem dia, e é o elemento que pode potencializar as lutas de 2013, que serão produto das diversas e grandiosas mobilizações e greves que a classe protagonizou no ano de 2012 envolvendo ações no campo, na área industrial, na construção civil, área de serviços e financeiro, como os bancários, nos movimentos sociais de diferentes seguimentos, como os sem teto e os sem terra, a juventude e os profissionais da educação das três esferas, bem como distintas categorias do serviço público. É dessa experiência que impulsionaremos o campo classista na organização dos trabalhadores brasileiros. O movimento docente tem que assumir todas as suas responsabilidades sociais perante o Estado, a universidade e, sobretudo, a sociedade. Responsabilidade de reforçar, no cotidiano das lutas dos docentes e também na sua participação nas lutas unitárias, o embate de projetos para a sociedade e a educação, e reforçar a independência e autonomia das lutas e organizações dos trabalhadores para enfrentar o Estado e as políticas governamentais, as quais não respondem aos interesses dos docentes e dos trabalhadores em geral. **FONTE:** *Caderno de textos do 32º Congresso do ANDES – SN.*

1. **Discussões:**

TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

Texto 1 - Conjuntura e Movimento Docente - *Diretoria do ANDES-SN.*

Texto 2 - Governo Dilma - *Contribuição dos professores José Glauco Ribeiro Tostes e LuisPassoni* -
sindicalizados da ADUENF/ SESDUENF.

Texto 3 - Independência sindical, luta pelas reivindicações, e a unidade de classe na CUT: ações necessárias para lutas que virão - *Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical.*

Texto 4 - As lições da greve docente: lutar pelas reivindicações e construir a unidade da classe na CUT - *Contribuição dos professores Eudes Baima– SINDUECE; Domingos Sávio – ADUNEMAT; Fernando Cunha – ADUFPB; Paulo Riela– ADUFS; Joelma Albuquerque – ADUFAL; David Romão – APUR; Juanito Vieira – APESJF; Cláudio Félix – ADUSB; Tiago Lavoura – ADUSC; Marco Aurélio – ADUFU; Fernanda – ADCAC/UFG Catalão; Celi Taffarel - UFBA*

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

Texto 5 - Centralidade da Luta - *Diretoria do ANDES-SN 038*

TEMA 3– POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Texto 6 - Política de Gênero, Etnia e Classe - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 7 - Política de Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana- *Diretoria do ANDESSN*

Texto 8 - Por uma ética de pesquisa das ciências sociais - *Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG*

Texto 9- Política Educacional – *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 10 - INSAES – Agência reguladora da educação - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 11 - Continuidade da luta por mais recursos para a educação pública - *contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.*

Texto 12 - Interferir na formulação de políticas educacionais em âmbito nacional – *Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.*

Texto 13 - Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - *Diretoria do ANDESSN*

Texto 14 - Política de Comunicação - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 15 - Participação do ANDES-SN no FNDC é um desafio na democratização da mídia no Brasil - *Contribuição da Assembleia Geral da SINDUEPG.*

Texto 16 - Campanha de denúncia de injustiça tributária no Brasil - *Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.*

Texto 17 - Pelo fim da impunidade aos torturadores - *Contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS*

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Texto 18 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 19 - Fundo Único: Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES

Texto 20 - Mudança de nomes de Grupos de Trabalho - GT - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 21 - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 22 - Organização dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN - *Contribuição do professor Luis Allan Künzle– Sindicalizado da APUFPR Seção Sindical.*

Texto 23 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 24 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes – *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 25 - Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 26 - Prestação de Contas do 57º CONAD - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 27 - Sede do 33º CONGRESSO do ANDES-SN - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 28 - Desconto consignado no SIAPE - *Contribuição do professor Luis Allan Künzle– Sindicalizado da APUFPR Seção Sindical*

Texto 29 - Autorização para aquisição de terreno em Brasília/DF para construção da sede nacional do ANDES-SN – *Contribuição do professor Ariel Clodoaldo Magalhães Costa – Sindicalizado da APRUMA Seção Sindical*

Texto 30 - Filiação das associações docentes ao ANDES-Sindicato Nacional: em defesa da liberdade e autonomia sindical e dos direitos humanos – *Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC*

Texto 31 - Nova estrutura para o fortalecimento do ANDES-SN - *Contribuição do professor Guilherme C. Varela – Sindicalizado da ADUFEPE Seção Sindical*

TEMA 5– PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃODOS TRABALHADORES

Texto 32 - Espaço de Unidade de Ação - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 33 - Avaliação da CSP-Conlutas – O desafio de avançar no enraizamento da Central -

Diretoria do ANDES-SN

Texto 34 - Gênero, Etnia e Classe - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 35 -Ciência e Tecnologia, Agrária, Ambiental e Urbana- *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 36 - Plano Nacional de Educação - PNE - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 37 - É necessário combater a divisão da educação - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 38 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

-

Diretoria do ANDES-SN

Texto 39 - As comunitárias não atendem os interesses da educação pública - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 40 - A luta contra a lei das comunitárias - *Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC*

Texto 41 - Seminário Estado e Educação - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 42 - Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 43 - Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN - *Diretoria do ANDES-SN*

TEMA 6– PLANO DE LUTAS – SETORES

Texto 44 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 45 - Federalização da FURB: uma necessidade histórica, uma possibilidade objetiva – *Contribuição da Assembleia da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC*

Texto 46 - Plano de Lutas do Setor das IFES - *Diretoria do ANDES-SN*

Texto 47 - Transposição dos docentes aposentados - *Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical*

Texto 48 - Fortalecimento da participação dos aposentados no ANDES-SN e nas seções sindicais - *Contribuição dos professores Guilherme Varela, Audisio Costa e Jarbas Souza – Sindicalizados da ADUFEPE Seção Sindical*

Texto 49 - Periculosidade e insalubridade – *Contribuição dos professores Luis Allan Künzle e Astrid BaeckerAvila– sindicalizados da APUFPR Seção Sindical*

Texto 50 - “Comissão de relações interpessoais de trabalho”: possibilidades para o combate à violência moral a partir da experiência da APUFPR-SSIND - *Contribuição*

*dos professores Luis Allan Künzle e Astrid BaeckerAvila – sindicalizados da APUFPR
Seção Sindical*

Texto 51 - Plano de Lutas do Setor das IPES - *Diretoria do ANDES-SN*

2. Deliberações aprovadas:

- As Seções sindicais do ANDES-SN devem enveredar esforços para participar da mobilização
- As seções sindicais devem acelerar o processo de constituição e protocolização das pautas locais e estabelecimento de negociação com as reitorias.

- É preciso também remeter a pauta local para a secretaria do ANDES-SN, para integrar a tabulação nacional.

- Participe das atividades promovidas por sua seção sindical. Leve sua opinião e suas propostas para debate nas assembleias gerais.

Recife, 15 de março de 2013.

Cícero Monteiro de Souza

TEMA 6 - PLANO DE LUTAS: SETORES

Delegada de base: Jaqueline Bianque de Oliveira (Recife)

O evento é o principal fórum de discussão e deliberação do ANDES-SN, no qual se define a centralidade da luta para o ano de trabalho. A programação do congresso está organizada garantindo a realização de plenárias temáticas e dos grupos de discussão mistos (compostos por delegadas(os) e observadoras(es)). As temáticas centrais do evento foram: 1) Movimento Docente e Conjuntura; 2) Centralidade da Luta; 3) Políticas Sociais: política educacional, gerais e direitos e organização dos trabalhadores; 4) Questões Organizativas e Financeiras; 5) Plano de Lutas: geral, educação, direitos e organização dos trabalhadores e; 6) Plano de Lutas dos Setores (IEES/IMES, IFES). A seguir apresentaremos, as discussões e deliberações sobre o tema 6 do Congresso.

TR 46 (Texto de Resolução 46)- Plano de Lutas do Setor das IFES

As ações relativas ao plano de lutas do setor das Instituições Federais de Ensino (IFES) são organizadas em três frentes: (1) no âmbito do Espaço Unidade de Ação, (2) no âmbito dos SPF e (3) pauta específica do Setor. No âmbito dos Servidores Públicos Federais (SPF), uma deliberação importante foi a de realizar uma campanha de esclarecimento sobre a irreversibilidade da adesão ao FUNPRESP (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal) por parte dos SPF contratados antes de 2013.

O debate relativo ao eixo geral (LUTA PELA QUALIDADE ACADÊMICA, POR CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO SALARIAL) girou em torno da retomada e intensificação da luta pela reestruturação da carreira docente, valorização salarial e pela garantia de condições adequadas para o exercício do trabalho docente. Neste sentido, ocorreu um acalorado debate sobre se a retomada da luta pela abertura de negociação para a reestruturação da carreira docente se daria a partir da contraproposta aprovada pelo CNG-ANDES (Comando Nacional de Greve – ANDES) na greve de 2012, a qual foi protocolada no MEC e no MPOG em agosto de 2012. No entanto, deliberou-se que a referência será a pauta do Setor e o projeto de Carreira Única do ANDES-SN aprovado no 30º Congresso do ANDES-SN (que ocorreu em Uberlândia, 2011). As(os) delegadas(os) entenderam que, para obter apoio na luta pela abertura de negociação, será necessário buscar interlocução com entidades como ANDIFES,

CONIF, CONDCAP e CODETUF. Sobretudo, será de capital importância aprofundar a discussão sobre a Carreira de Professor Federal com os docentes e nos conselhos superiores das Instituições Federais de Ensino (IFE), com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio a nossa proposta de carreira, considerando as consequências nefastas da Lei Nº 12.772/12. A discriminação entre professores do Magistério Superior (MS) e os professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) deve ser combatida, de forma a fortalecer a luta pela carreira única.

Outra deliberação importante foi a de ampliar a produção de dossiês que retratam as condições de trabalho vivenciadas pelos docentes das IFE, utilizando fotos, vídeos, entre outros, além da descrição de fatos e mobilizações. Nestes dossiês, deve-se denunciar também ações governamentais de desmonte dos Colégios de Aplicação, no sentido de restringir as vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente.

Atualmente, a adesão das IFE à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), para gerir os Hospitais Universitários, é um dos maiores ataques à autonomia universitária. Por tanto, a luta contra a EBSERH foi considerada como prioritária no plano de lutas do Setor.

TR 44 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES

O plano aprovado no Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES), organiza as lutas pela aprovação de percentual específico do orçamento dos estados e municípios para os sistemas estaduais e municipais de ensino superior, na forma de subvinculação orçamentária, além de lutar pela implementação de leis que definem subvinculação orçamentária nos estados que já possuem a referida legislação. Neste sentido, deliberou-se pela realização do Dia Nacional de Luta que ocorrerá no dia 29 de maio. Essa data foi escolhida por ocasião da definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e irá marcar a defesa do financiamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais.

O plano aprovado também inclui a discussão sobre a privatização das IEES/IMES, incluindo a luta contra as fundações de apoio, parcerias público-privadas (PPPs) e outros modelos de privatização interna.

Também foi aprovada a realização, no 2º semestre de 2013, do XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES em Brasília.

TR 51 - Plano de Lutas do Setor das IPES

Um dos principais objetivos do plano de lutas das Instituições Particulares de Ensino (IPES) é o fortalecimento deste Setor como parte do ANDES-SN a partir da atualização dos dados sobre os docentes das IPES (realizado pela subseção do Dieese do ANDES-SN), para que se possa denunciar a precariedade das condições de trabalho, a perda de direitos trabalhistas e o aumento das demissões injustificadas.

Aprovou-se também a realização do Encontro do Setor das IPES, com o tema “Ensino Superior no Brasil e Condições de Trabalho Docente nas IPES”, no 2º semestre de 2013.

TR 45 e TR 86 - Federalização da FURB (Universidade Regional de Blumenau) e Federalização de IES

O TR 45 foi rejeitado nas discussões da maioria dos grupos mistos e na plenária do Tema 6, pelo entendimento de que não há acúmulo de discussão sobre o assunto. Neste sentido, foi aprovado o TR 86 que indica a necessidade de aprofundar o debate sobre a expansão do ensino superior nas várias instâncias do ANDES-SN e que o GTPE (Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais) deverá sistematizar este debate.

TR 47 – Transposição dos Docentes Aposentados

Este TR foi rejeitado porque fragmenta a discussão da carreira única para ativos e aposentados. A integralidade e a paridade entre ativos e aposentados é uma bandeira do sindicato, que propõe o enquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo em que estavam quando se aposentaram, além de considerar o período em que porventura o docente ficou retido em nível ou classe e outras vantagens previstas em lei.

TR 48 – Fortalecimento da Participação dos Aposentados no ANDES-SN e nas Seções Sindicais

Este TR também foi rejeitado pelo entendimento de que o GTSS/A (Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria) já está consolidado tanto no ANDES quanto na maioria das seções sindicais, atuando de forma orgânica a partir da realização de encontros nacionais periódicos. Este GT conta com a participação não somente de aposentados, mas também de docentes da ativa.

TR 49 – Periculosidade e Insalubridade

A discussão girou em torno da dificuldade de construir uma regulamentação geral sobre o tema a partir de especificidades das IES. Neste sentido, foi deliberado que as seções sindicais e o GTSS/A discutirão as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional a questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento.

TR 50 – Comissão de Relações Interpessoais de Trabalho

O TR foi rejeitado por propor que o Conselho Federal de Medicina faça ingerências nas IFES e IEES no que diz respeito ao adoecimento docente.

TR 85 - Aumento do Valor do Benefício Per-capita Saúde Suplementar

Este TR foi rejeitado na plenária do Tema 6 a partir do entendimento de que o ANDES-SN defende o sistema único de saúde, como dever do estado e direito de todos(as).

TR 87 – A Luta Política da Classe Trabalhadora Contra o Novo Sindicalismo de Estado

Este TR foi rejeitado. O ANDES-SN se organiza pela base, e como tal, respeita as deliberações e ações das seções sindicais.

A aprovação do plano de lutas do Setor da IFES aponta para a necessidade de retomar e aprofundar, na ADUFERPE, as discussões sobre a reestruturação da carreira docente e condições adequadas para o exercício do trabalho docente, o que será fundamental para o engajamento dos docentes na luta, como ocorreu durante a greve de 2012. No que diz respeito à carreira, será necessário trazer para os espaços de discussão os docentes da ativa, mas principalmente os aposentados para que os mesmos se conscientizem que estão na pauta do ANDES-SN a partir de bandeiras históricas (integralidade e paridade) e na luta pelo reenquadramento dos mesmos. Na discussão sobre a carreira única, será necessário empreender esforços adicionais para garantir a participação dos docentes do CODAI, representantes da EBTT na UFRPE.

Será também importante a produção do dossiê sobre as condições de trabalho e ensino na UFRPE, que começou a ser produzido pelo CLG-ADUFERPE durante a greve de 2012. A participação de conselheiros do Conselho de Representantes será fundamental na construção deste dossiê.

Para finalizar, destacamos a importância da organização local do GTPE, GTSS/A e do GT-Carreira, assim como a atuação orgânica do Conselho de Representantes, na condução da discussão das temáticas aprovadas no plano de luta do Setor das IFES do ANDES-SN.

Recife, 17 de março de 2013.
Jaqueline Bianque de Oliveira

RELATÓRIO DO 32º CONGRESSO DO ANDES-SN

Observador: Nilson Felix da Silva (Recife)

A programação do 32º Congresso do ANDES-SN garantiu a realização das plenárias, algumas confusas se prolongando nas discussões repetitivas; nos grupos mistos foi percebido que algumas TR foram bem avaliadas e outras definidas nas plenárias.

Como observador, notei o tema do Congresso foi muito avaliado pelos delegados, havendo alguma discordância entre os debatedores das TR centrais. Na discussão sobre centralização da luta, observamos claramente o avanço da CSP-Conlutas na base do ANDES. Observamos algumas discussões acaloradas em prol da volta da CUT, sendo referenciada como uma Central representativa de uma grande maioria de trabalhadores no Brasil.

Participação do evento na Candelária:

Destacamos o ato público em prol da melhoria da educação pública: pela defesa dos *10% do PIB já!*, realizado na Candelária. Participamos de ato no Hospital das Clínicas da UFRJ contra EBSEHR; fizemos panfletagem em frente ao Hospital das 8h às 11h, juntamente com os companheiros Levy, Jaqueline e Laurileide.

Avaliamos como bastante proveitosa a nossa participação no Congresso, apesar dos debates bastante repetitivos, tornando-se enfadonho, em alguns momentos. Observamos, também, a divisão da direção do ANDES-SN numa política partidária representativa entre PSTU e o PT, ocasionando uma divisão nada proveitosa para o futuro do movimento.

Recife, 20 de março de 2013.

Nilson Felix da Silva